

## COLUNA DO CASTELLO ■ MARCELO PONTES

# Os 100 dias do governo

Há duas maneiras de julgar o desempenho do presidente Fernando Henrique Cardoso nos primeiros 100 dias do seu governo: do lado de dentro das barricadas de manifestantes que atiram paus e pedras à sua passagem; e de olho no futuro.

Para quem, na democracia, prefere pauladas e pedradas, não há argumentos: o governo simplesmente não presta. Renegou as suas origens de esquerda e está vendido ao capital estrangeiro e ao PFL, que vão dilapidar o patrimônio nacional, dizimar os velhinhos da Previdência e enforçar o povo trabalhador no poste do botequim onde ele já compra fiado.

Visto à distância, sem paixões, o maior mérito do governo Fernando Henrique pode ser localizado exatamente na origem das barricadas: a sua

coragem de enfrentar tabus. Não poderia receber flores um presidente que ousou colocar sobre a mesa a questão dos desequilíbrios da Previdência Social, assumindo corajosamente a posição de que não poderá resolvê-los sem acabar com privilégios de categorias poderosíssimas, ou sem cortar o paternalismo atual da aposentadoria por tempo de serviço.

Também não poderia ser festejado um presidente que teve a sensibilidade de enxergar o mundo ao seu redor e a sinceridade de rever, com companheiros de antigas jornadas, posições assumidas na Constituinte de 1987-88, para propor a abertura da economia brasileira ao mercado internacional. É nesse cenário que se situa a ousadia da quebra dissimulada dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações, e da venda de algumas das pedras mais preciosas do império econômico construído dentro da burocracia do Estado, a Companhia Vale do Rio Doce.

Tampouco mereceria comemorações um governo que a toda hora cutuca a onça com vara curta, anunciando que vai mexer em vespeiros, e mexe mesmo, como ao criar um sistema de avaliação dos estudantes que estão saindo das universidades, e ao avisar que quer mudar o sistema

de cobrança e distribuição de impostos e a estabilidade dos servidores públicos.

O índice de aprovação de sua administração (boa e ótima para 41%, e regular para 43%, no Ibope) e o grau de confiança que ainda desperta (63%) indicam que o presidente, com todas as brigas feias que comprou, acertou mais do que sugere o barulho dos manifestantes de rua.

Ele errou na hora de enfrentar fantasmas. Os de dentro do Congresso lhe impuseram uma seqüência humilhante de derrotas, como no caso da regulamentação dos juros de 12% ao ano, do salário mínimo de R\$ 100, do calote dos fazendeiros e da divisão da reforma da Previdência em fatias. Os do mercado financeiro lhe aplicaram uma rasteira no episódio da criação das bandas cambiais. Neste caso, levantou do tombo, falou grosso e dominou a situação. Nos outros, continua falando fino.

De qualquer forma, além da coragem de fazer o que prometeu durante a campanha eleitoral, Fernando Henrique começou a construir com o acordo de paz entre Peru e Equador uma imagem de líder da América Latina que poderá ser consolidada no encontro com o presidente Bill Clinton, em Washington, daqui a dez dias.

Mas o melhor resultado dos 100 dias de go-

verno quase ninguém nota: o país se acostumou um pouco mais a viver com inflação baixa.

### 'Disk-ACM'

Depois de dois discursos contra as mazelas do Poder Judiciário, o telefone não parou de tocar no gabinete do senador Antônio Carlos Magalhães. "Como tem gente injustiçada pela Justiça no Brasil inteiro. É impressionante o número de pessoas que me telefonam, fazendo denúncias contra juizes, e com tudo documentado", diz ACM.

Em princípio, ele pensou em criar um *Disk-Justiça*, abrindo um canal telefônico exclusivamente para as denúncias contra o Judiciário. Para não parecer inconseqüente, preferiu dois outros caminhos.

Primeiro: organizará em pastas as denúncias recebidas até agora, e as encaminhará ao presidente do Supremo Tribunal Federal, que, aliás, pediu a ACM a apresentação de casos específicos e de provas.

Segundo caminho: proporá esta semana que o Senado crie não só o *Disk-Justiça*, mas também um *Disk-Governo* e um *Disk-Congresso*. "É uma oportunidade que se dará ao povo para reclamar do funcionamento não só da Justiça, mas também dos outros dois Poderes, o Executivo e o Legislativo", diz ACM.